

Sarney admite mudança na legislação eleitoral

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, admitiu ontem em São Paulo que a atual legislação eleitoral poderá ser mudada "para adaptar-se à nova realidade política do País", mas fez questão de frisar que não existe possibilidade de se fazer "uma reforma casuística na lei, visando aos interesses eleitorais do PDS".

Segundo o senador, o partido do governo não está preocupado apenas com eleições: "Esse é um assunto que nos preocupa, evidentemente, mas o principal é o processo de redemocratização do País".

Na opinião de Sarney, a legislação eleitoral brasileira "está muito dispersa e contém textos às vezes antagônicos". Por isso, ele anunciou que a Comissão Executiva Nacional do PDS vai reunir-se amanhã para escolher um grupo que se encarregará de estudar essa lei.

O senador, que esteve em São Paulo para visitar o vice-governador do Maranhão, Artur Teixeira de Carvalho, que está internado no Hospital das Clínicas, voltou ontem mesmo a Brasília e ao chegar à capital federal, reafirmou que a comissão que estudará a legislação eleitoral será escolhida amanhã, mas não quis confirmar a possível designação do deputado Ernani Satyro para presidir essa comissão.

Em Brasília, José Sarney disse ainda que, na reunião da Executiva Nacional, serão definidas as atribuições de seus integrantes e haverá avaliação da situação de Nelson Marchezan em relação às eleições para a presidência da Câmara.

Por sua vez, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) afirmou em João Pessoa que, "embora as regras do jogo

não estejam suficientemente claras", não acredita em um "pacote casuístico" do governo em relação à legislação eleitoral: "Pelo noticiário dos jornais, o que há são estudos em torno de algumas medidas que poderão ser incorporadas ao atual sistema político-eleitoral".

Para Lucena, as propostas que foram apresentadas até agora são polêmicas e não têm unanimidade nem mesmo dentro do PDS: "A única coisa que eles poderiam aprovar seria a adoção da sublegenda para governador, porque isso lhes interessa".

O senador paraibano disse também que, a partir de março, pedirá urgência na votação de seu projeto que regulamenta as coligações partidárias, "para testar o governo, com a finalidade de saber quais são suas intenções no assunto".

DÚVIDAS

Já o deputado paulista Ruy Silva, que ainda não se definiu por nenhum dos novos partidos, afirmou em Brasília que não acredita na realização de eleições em 1982, "por causa da gravidade da crise econômica-social".

Ruy Silva acha que, além desse problema, existe outro motivo para impedir as eleições: "Alguém duvida que, 30 dias depois das eleições dos novos governadores pelo voto popular, o Congresso vote uma emenda constitucional restaurando as eleições diretas para a Presidência da República? E será isto que o governo quer? Não acredito".

O parlamentar admitiu que se poderá filiar ao PTB "caso Jânio Quadros seja candidato, por essa legenda, ao governo paulista; sem ele, o partido não vale um centavo".